

Déficit, preocupação para 1986.

O economista Celso Luiz Martone, da FEA-USP, declarou ontem que Cr\$90 trilhões (o montante do déficit de caixa previsto para 1986 financiável pelo pacote econômico) "é o mínimo necessário para uma execução orçamentária não traumatizante". A premissa para essa hipótese é a de que a base monetária não cresça mais do que a inflação e que a evolução real da dívida pública não supere os 6%.

O economista teme, porém, que a meta de evolução de 6% para a dívida pública seja superada, o que tornaria o ano de 1986 semelhante ao de 1985, "porém mais atenuado, admitindo que o governo tenha as rédeas na mão".

Martone salienta, entre as medidas tributárias, a não devolução às empresas do Imposto de Renda pago a mais na fonte, na aquisição de títulos de renda, como as Obrigações Reajustáveis e os Certificados de Depósito Bancários. Esta devolução, que será suprimida a partir do ano que vem e que, em relação a este ano, só ocorrerá em três anos, implica um custo de juros entre 1,5 e dois pontos de percentagem. "Para manter a mesma rentabilidade líquida de uma ORTN, seria necessário elevar os juros de dois pontos" — estima.

Outra decisão importante contida no projeto é o encurtamento para dez dias do prazo de recolhimento do IPI para as indústrias do fumo e de automóveis. Só esta medida implicará uma transferência mensal para o Tesouro da ordem de Cr\$ 250 bilhões ou Cr\$ 3 trilhões ao ano.

A possibilidade de depreciação acelerada nos investimentos industriais, porém, será favorável do ponto de vista das empresas que quiserem aplicar no seu próprio negócio. "É uma decisão correta quando se quer promover o investimento e não existia na legislação brasileira."

Martone admite, ainda, que o pacote tem componentes inflacionários, o principal dos quais é a tendência de as empresas passarem para o consumidor o aumento dos tributos.

— Acho que a inflação de 1986 é um jogo de cartas marcadas — afirma o economista da USP. O patamar é de 260%, com controle fiscal. Mas se o pacote se mostrar insuficiente, resultando maior expansão da base monetária e maiores reajustes nos preços públicos do que o esperado, é possível que vá além, aproximando-se dos 300%. Talvez isto seja inexorável. Não consigo ver o que possa reverter a tendência, não adianta mudar o índice.

Uma das preocupações de Martone é que o anúncio de cortes na área pública lhe parece modesto, "principalmente com o anúncio de um novo aumento real de 5% para o funcionalismo federal em janeiro, após os 40% de 1985".

O economista Geraldo Gardenali, da FGV-São Paulo, critica especialmente o fato de o governo haver anunciado que haveria diminuição no Imposto de Renda das pessoas físicas. "É engodo dizer que o IR vai ser diminuído: cobrado em bases correntes, haverá aumento da alíquota efetiva."

Segundo Edy Kogut, doutor em Economia por Chicago e economista da FGV-Rio, "sempre que se vê aumentar os impostos, fica-se decepcionado. O imposto é uma coisa definitiva: criado, ele será sempre cobrado".

Kogut e Gardenali insistem no aumento de impostos que a declaração semestral representará para todas as empresas (e não somente os bancos, como até agora). "As empresas se capitalizam, estão aguardando o saneamento da área pública para investir, aplicam em títulos públicos porque o governo não corta os gastos, e agora — diz Kogut — são taxadas, exatamente porque financiaram o governo."

Apoio

O economista José Bonifácio do Amaral Filho, presidente da Associação dos Economistas de Campinas, acredita que os principais pontos do "pacote" anunciado pelo governo são a redução na retenção de Imposto de Renda na fonte e as medidas de apoio na área social. Para ele, "o fato de o governo deixar de reter indevidamente o imposto na fonte vai beneficiar principalmente as camadas de renda mais baixa e a classe média".

Bonifácio acredita que, "agora, vamos deixar de financiar o governo", e lembrou um exemplo prático do alcance dessa medida:

— Com a redução na retenção, o número de cheques de restituição emitidos pela Receita Federal vai cair em 70%.

O economista afirmou também que "o conjunto de medidas adotadas na área social vinha sendo reivindicados pela sociedade e o governo decidiu tomá-las".

Advertiu que a questão do abastecimento de alimentos precisa de uma proposta de apoio: "Haverá um acréscimo de demanda de alimentos, e por isso a produção precisa ser assegurada. O governo precisará ter estoques reguladores e estimular a produção".